



LIBERTAS- FACULDADES INTEGRADAS

**EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O
PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS NAS ESCOLAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL**

ALUNA: KELLEN DE FÁTIMA SOARES¹

ORIENTADORA: PROFa. DRa. FABRÍCIA MIGLIORATO

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

2023

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Libertas- Faculdades Integradas – email: kellensoares170@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem a finalidade de apresentar uma abordagem histórica da educação especial, apresentando a evolução dessa modalidade de ensino, seus olhares e interpretações. Trata-se também de analisar a parte legal que ampara os portadores de necessidades especiais, tanto na questão educacional quanto na perspectiva da inclusão: social, o respeito as diferenças e o que nos apresenta a respeito disto os documentos que regem nosso sistema de ensino. Dessa forma, com intuito de propor uma educação de qualidade para todos, é extremamente necessária uma reconstrução ideológica que contribuísse para melhoria no processo educativo e que reveja conceitos e paradigmas com o propósito de reorganizar o sistema de ensino brasileiro.

Palavras-chave: Inclusão; Ensino Regular; Necessidades Educacionais Especiais.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu a partir da necessidade de se debater e colaborar para uma melhor compreensão sobre a Educação Inclusiva, e para mostrar que a Educação Inclusiva não é somente um padrão ou ideias no cenário educacional brasileiro, mas sim, uma realidade atual em nosso país que está elencando pontos objetivos com muito estudo, e dedicação de professores, pesquisadores e estudiosos da área. Diante dessa situação, propomo-nos abordar a problemática da educação inclusiva nos métodos de ensino e aprendizagem da escola regular.

Dessa forma, o presente artigo justifica-se pelo fato de promover a inclusão de alunos com deficiência, a função da gestão escolar, e o papel do professor nesse processo de inclusão.

Sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe nas leis vigente no país e requer ainda muito estudo e definições de direitos acerca do assunto: da igualdade de direito a uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência.

O objetivo desse trabalho é auxiliar os envolvidos com a educação inclusiva a refletir e ressignificar aspectos positivos e negativos sobre inclusão a partir dos estudos e de uma revisão da bibliográfica que sustenta e embasa esse nível de educação, a fim de definir a educação, o ensino e a aprendizagem no contexto moderno do ensino superior investigando criticamente o mesmo e suas funções.

Não há como negar que os sistemas educacionais têm de mudar para poder responder às necessidades inerentes a esses cidadãos. As atividades de educação inclusiva não são as mesmas para uma educação comum é preciso ofertar um desse aprendizado e eficaz possibilita a maior poder de comunicação, inclusão, liberdade, qualidade de vida e inclusão.

O presente artigo está organizado em seis momentos distintos: a justificativa e a importância do trabalho, apresentamos as questões de pesquisa, o objetivo geral e objetivo específico, relevância da pesquisa.

No segundo, contém um levantamento bibliográfico com a justificativa teórica. No terceiro, a metodologia, por fim, apresentamos as considerações finais, e as referências.

I- BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para todos os estudantes, a perspectiva histórica da educação inclusiva nos mostra que a luta por uma educação igualitária e inclusiva é uma batalha contínua que vem sendo travada há décadas.

Na apuração deste tema de pesquisa se torna significativo abordarmos as diferentes concepções da pessoa com deficiência no passar da história da humanidade.

Os especiais, os considerados “diferentes” da antiguidade até nossos dias, sempre foram marcados pela exclusão e trazem consigo a marca da rejeição.

A pessoa com deficiência sempre foi julgada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico-cultural, que sempre, determinou para a sociedade, critérios para a “normalidade”.

Alguns líderes, da educação especial da qual época? fizeram notáveis esforços para promover a ideia de que todas as crianças, incluindo as deficientes, deveriam ter direito ao ensino

Muitos termos foram usados para identificar pessoas com deficiência e atravessaram décadas buscando assumir um sentido de revolução na busca pela superação de preconceitos.

No final da década de 80, aparece o movimento de inclusão surgiu no Brasil no final da década de 80 sendo incrementada em 90, enquanto em outros países já existia desde a década de 50. A inclusão surge visando garantir que todos frequentem a sala de aula do ensino regular da escola comum, independentemente do tipo de deficiência, sendo grave ou não que repreende qualquer situação de exclusão, tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse movimento mundial tem como preceitos o direito de todos os alunos frequentarem a escola regular e a valorização da diversidade, de forma, as diferenças passam a ser parte do estatuto da instituição e todas as formas de construção de aprendizagem são consideradas no espaço escolar.

II_ AS LEIS: A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas,

situando-se no topo do ordenamento jurídico. Assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em seu Artigo nº3, a Constituição Federal garante o princípio de igualdade.

Além disso, a Constituição Federal de 88 garante que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Em seguida, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

O ato de repetir de maneira errada as palavras afasta. ”A função da escola é ensinar as pessoas para aprender. “

O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal.

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

A Lei nº 7853/89 a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência apoio às pessoas portadoras de deficiência prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimento público de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

Já Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990.

Em seu Artigo presente a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (p. 4).

A Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), por meio do documento Política Nacional de Educação Especial que orienta oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como sendo:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP,1994, p.17).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais: - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades; - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.

II-A ESCOLA E O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A escola tem um papel fundamental na promoção da inclusão social, e o professor é um dos principais agentes nesse processo. O professor pode contribuir para a inclusão de diversos modos, por exemplo:

Conhecimento das necessidades dos alunos: O professor deve estar ciente das necessidades e diferenças dos alunos e estar preparado para trabalhar com elas.

Adaptação de metodologias de ensino: O professor deve ser capaz de adaptar suas metodologias de ensino para que sejam acessíveis a todos os alunos.

Flexibilidade e paciência: O professor deve ter flexibilidade e paciência para trabalhar com alunos que têm dificuldades de aprendizagem ou comportamentais.

Trabalho em equipe: O professor deve trabalhar em conjunto com outros profissionais da escola (psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais) para desenvolver estratégias para a inclusão dos alunos.

Valorização da diversidade: O professor deve valorizar a diversidade e respeitar as diferenças entre os alunos, promovendo um ambiente de respeito e tolerância.

Além disso, é importante que a escola tenha políticas inclusivas e medidas para promover a acessibilidade física e digital, bem como a formação continuada para os professores sobre inclusão e diversidade.

Dessa forma, o papel do professor no processo de inclusão é fundamental, pois ele é o responsável por garantir que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas diferenças e necessidades individuais

É possível perceber alguns avanços na produção teórica educacional, no Governo Federal, no Ministério da Educação, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, nos projetos pedagógicos das escolas, na literatura infanto-juvenil, na produção de material didático alternativo e acessível em consonância às necessidades educacionais especiais dos alunos (INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO, 2008, p. 27).

Na última década houve vários avanços nas políticas de inclusão. Propostas de educação inclusiva começam a acontecer nas redes de educação e nas escolas.

Como nota a educadora Rosa Blanco: "Responder à diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem as mesmas coisas, na mesma hora e com os mesmos materiais" (Rosa Blanco apud Coll, 2005).

Existem várias estratégias que a escola pode usar para garantir o acesso de todas as crianças ao currículo, incluindo aquelas com necessidades especiais. Algumas dessas estratégias incluem:

Adaptação do currículo: A escola pode adaptar o currículo para atender às necessidades individuais das crianças com necessidades especiais. Isso pode incluir o uso de materiais de ensino diferentes, a mudança do ritmo ou estrutura da aula, ou a redução da carga de trabalho.

Uso de tecnologia assistiva: A escola pode utilizar tecnologia assistiva para ajudar as crianças com necessidades especiais a acessarem o currículo. Por exemplo, um aluno com deficiência visual pode utilizar um leitor de tela para acessar o conteúdo em um computador ou tablet.

Inclusão de recursos humanos especializados: A escola pode contar com a presença de profissionais especializados, como professores de educação especial, psicólogos e terapeutas, para ajudar as crianças com necessidades especiais a terem acesso ao currículo.

Aprendizagem cooperativa: A escola pode promover a aprendizagem cooperativa, onde as crianças trabalham em grupo para ajudar umas às outras a compreender e completar as tarefas. Isso pode ser particularmente útil para crianças com necessidades especiais que podem precisar de um pouco de apoio adicional.

Ambiente inclusivo: A escola pode criar um ambiente inclusivo, onde todas as crianças são valorizadas e respeitadas, independentemente de suas habilidades ou desafios. Isso pode ajudar a promover um senso de comunidade e apoio mútuo entre as crianças, bem como melhorar a autoestima e a confiança dos alunos com necessidades especiais.

Atenção individualizada: A escola pode fornecer atenção individualizada para as crianças com necessidades especiais, incluindo tempo adicional para completar tarefas, reforço de habilidades específicas e feedback individualizado. Isso pode ajudar a garantir que essas crianças recebam o apoio necessário para terem sucesso no currículo.

Comunicação eficaz: A escola pode garantir que haja uma comunicação eficaz entre os professores, os pais e os profissionais de saúde que trabalham com as crianças com necessidades especiais. Isso pode ajudar a garantir que todas as partes envolvidas estejam cientes das necessidades e desafios das crianças, bem como das estratégias que estão sendo utilizadas para apoiá-las.

Todos sabemos que a inclusão como imaginamos e idealizamos não é a mesma que vemos na prática. Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão.

Adotar uma filosofia inclusiva consiste em entender para si e para os outros os direitos democráticos e igualitários da inclusão. A inclusão não tem um fim, pois ela representa, em sua essência mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança conceitual nos valores culturais para as escolas e para a sociedade como um todo. É que a escola seja realmente um lugar onde não são observadas diferenças, tais como, cor, credo, raça, potencialidades, limites etc., é preciso que realmente a escola seja um local de aprendizagem da cidadania.

III- EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial e a educação inclusiva são duas abordagens educacionais distintas, mas que têm em comum a preocupação em atender às necessidades educacionais de alunos com deficiência.

A educação especial é uma modalidade de ensino voltada para alunos com deficiência intelectual, física, sensorial ou múltipla. Seu objetivo é proporcionar aos alunos com deficiência um ensino adequado às suas necessidades, respeitando suas limitações e desenvolvendo suas potencialidades. A educação especial se baseia em um currículo específico, que leva em conta as características e as necessidades educacionais dos alunos com deficiência.

Já a educação inclusiva é uma abordagem educacional que busca promover a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e limitações. A educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos têm direito à educação e que a diversidade deve ser valorizada e respeitada. Na educação inclusiva, o ensino é adaptado às necessidades de cada aluno, de forma a promover sua participação plena e efetiva na vida escolar.

Ambas as abordagens têm como objetivo proporcionar uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos, mas se diferenciam na forma como são implementadas.

Enquanto a educação especial se concentra especificamente nos alunos com deficiência, a educação inclusiva procura incluir todos os alunos, independente de suas diferenças.

IV- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi utilizado a metodologia de pesquisa básica, de proposta por Piaget.

Jean Piaget (PIAGET, 1994, p.34) reforça esta linha de raciocínio proferindo que “A regra é considerada sagrada, intangível, de origem adulta e de essência eterna; toda a modificação é considerada pela criança como transgressão”.

No que concerne à consciência das regras Piaget divide-a em três estágios: o primeiro compreende o estágio motor e a metade do segundo estágio, descritos anteriormente, visto que “. . . a regra ainda não é coercitiva . . .” (Piaget, 1932/1994, p. 34); o segundo se inicia na segunda metade do estágio egocêntrico e termina na metade do estágio de cooperação, em que a regra é entendida como sagrada, “. . . de origem adulta e de essência eterna; toda modificação proposta é considerada pela criança como uma transgressão” (Piaget, 1932/1994, p. 34); e no terceiro, iniciado na segunda metade do terceiro estágio (da prática das regras), “. . . a regra é considerada como uma lei imposta pelo consentimento mútuo, cujo respeito é obrigatório, se se deseja ser leal, permitindo-se, todavia, transformá-la à vontade, desde que haja o consenso geral” (Piaget, 1932/1994, p. 34).

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir das leituras realizadas, que a escola deve oferecer às crianças com deficiência uma série de estímulos úteis ao seu desenvolvimento. Estímulos corretos, nos momentos certos, acompanhados de amor, carinho, afeto, compreensão e apoio certamente contribuirão para o desenvolvimento do potencial da criança fazendo com que chegue a idade adulta como um ser feliz e socialmente útil, pois aprendeu no convívio em sociedade. Realmente é possível um outro modelo de educação e de escola, onde todas as crianças possam conviver e estudar juntas, movidas pela solidariedade, cooperação e amizade.

REFERÊNCIAS

[educacao_especial_inclusiva.pdf \(semanaacademica.org.br\)](#)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria CENESP/MEC, Brasília, n. 69, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: SEESP, 2007

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

INDAGAÇÕES SOBRE CURRÍCULO. Currículo, conhecimento e cultura. Ministério da Educação, 2008.

Segundo o educador PIAGET, 1994, p.34.

[SciELO - Brasil - Constituição das regras e o desenvolvimento moral na teoria de piaget: uma reflexão Kantiana](#)
[Constituição das regras e o desenvolvimento moral na teoria de piaget: uma reflexão Kantiana](#)